

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 57/2025****PROCESSO ADMINISTRATIVO 210/2025****ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA****1. DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO**

**1.1.** O objeto de contratação deste Termo de Referência é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO PARA O PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAMAR/SP**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Natureza	Código	Descrição/especificação	Unidade de medida	Quantidade	Valor Unitário	Total
1	Mat. Permanente	017.00747	<b>HASTE FLEXÍVEL PARA MICROFONE (GOOSENECK)</b>  MICROFONE MÓDULO DE MONTAGEM COM 500 A 600 MM DE COMPRIMENTO COM CONECTOR XLR; ADAPTADOR DE ENERGIA FANTASMA INTEGRADO; ANEL DE LED INDICADOR INTEGRADO A FIM DE VERIFICAR STATUS DO SISTEMA; RESPOSTA DE FREQUÊNCIA COM ATENUAÇÃO DE GRAVE ENTRE 200HZ E 300HZ; CONECTIVIDADE COM ENTRADA DE MIXER COM FONTE DE ALIMENTAÇÃO DE 9 V - 52 V. ACABAMENTO: PRETO TIPO: GOOSENECK MODULE.  <i>Observação: A cápsula e o microfone devem ser compatíveis. A referência "Microfone GN50E – AKG" é meramente ilustrativa para</i>	Unidade	4,00	R\$ 1.048,0600	R\$ 4.192,2400

**TERMO DE REFERÊNCIA**

Item	Natureza	Código	Descrição/especificação	Unidade de medida	Quantidade	Valor Unitário	Total
			<i>indicar o tipo e nível de qualidade desejados, não sendo uma exigência de marca</i>				
2	Mat. Permanente	017.00748	<p><b>CÁPSULA DE MICROFONE CONDENSADOR CARDÍOIDE</b></p> <p>CÁPSULA PARA MICROFONE CONDENSADOR COM PARAVENTO FEITO DE ESPUMA DE DUPLA CAMADA DE ESPUMA; ESPECIFICAÇÕES: LARGURA DE BANDA DA FREQUÊNCIA DE ÁUDIO: 50 - 20000 HZ PADRÃO; NÍVEL DE RUÍDO EQUIVALENTE: 21 DB-A; SENSIBILIDADE: 20 A 30 MV/PA; RELAÇÃO SINAL/RUÍDO: 73 DB-A; IMPEDÂNCIA ELÉTRICA: 600 OHMS; CARGA DE IMPEDÂNCIA RECOMENDADA: 2000 OHMS; PADRÃO POLAR: CARDIOIDE; ALTURA: 20 MM; DIÂMETRO: 13,5 MM; TENSÃO: 9 A 52 V; CORRENTE: 3 MA; CONEXÃO: XLR-3 OU XLR-5.</p> <p><i>Observação: A cápsula e o microfone devem ser compatíveis. A referência "Cápsula CK31K – AKG" é meramente ilustrativa para indicar o tipo e nível de qualidade desejados, não sendo uma exigência de marca.</i></p>	Unidade	4,00	R\$ 315,5500	R\$ 1.262,2000

TERMO DE REFERÊNCIA

Item	Natureza	Código	Descrição/especificação	Unidade de medida	Quantidade	Valor Unitário	Total
3	Mat. Consumo	009.00353	<p><b>CABO ELÉTRICO PP 2X1,00 MM, DUAS VIAS</b></p> <p>CABO ELÉTRICO PP; MODELO: PP 2X1,00 MM; GRANDE FLEXIBILIDADE; CAPA EXTERNA BRILHANTE E DE ÓTIMA APARÊNCIA; ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: NÚMERO DE VIAS: 2; SEÇÃO NOMINAL (MM²): 2 X 1,00; DIÂMETRO NOMINAL DO CONDUTOR (MM): 1,22; ESPESSURA NOMINAL; DA ISOLAÇÃO (MM): 0,6; ESPESSURA NOMINAL DA COBERTURA (MM): 0,8; DIÂMETRO NOMINAL EXTERNO (MM): 6,44; COMPOSIÇÃO: COBRE/PVC-D/PVC ST5; CONDUTOR: COBRE, TÊMPERA MOLE, ENCORDAMENTO CLASSE 5; ISOLAÇÃO: COMPOSTO; TERMOPLÁSTICO A BASE DE CLORETO DE POLIVINILA; (PVC 70°C) ANTI CHAMA; COBERTURA: COMPOSTO TERMOPLÁSTICO A BASE DE CLORETO DE POLIVINILA (PVC 70°C); NORMA APLICÁVEL: NBR NM 247-5 ; TENSÃO 300/500 V; COR: PRETO.</p>	Metros	40,00	R\$ 3,8267	R\$ 153,0700
4	Mat. Consumo	020.01758	<p><b>CABO PARA MICROFONE XLR BALANCEADO</b></p> <p>CABO PARA MICROFONE XLR BALANCEADO; OFHC (ISENTO DE OXIGÊNIO), BLINDAGEM TRANÇADA + FITA DE ALUMÍNIO, BITOLA 0,30MM²/22AWG; COR: PRETO; DIÂMETRO: 6MM²; REVESTIMENTO: PVC.</p>	Metros	40,00	R\$ 5,1625	R\$ 206,5000

TERMO DE REFERÊNCIA

Item	Natureza	Código	Descrição/especificação	Unidade de medida	Quantidade	Valor Unitário	Total
			<i>Observação: A referência "Cabo XLR Santo Ângelo X30 Balanceado" é meramente ilustrativa para indicar o tipo e nível de qualidade desejados, não sendo uma exigência de marca.</i>				
5	Mat. Consumo	020.01759	PLUG XLR MACHO LINHA COM ACABAMENTO E CONTATOS NIQUELADOS  <i>Observação: A referência "Conector XLR Macho de Linha NC3 MXX - NEUTRIK" é meramente ilustrativa para indicar o tipo e nível de qualidade desejados, não sendo uma exigência de marca.</i>	Unidade	4,00	R\$ 36,5000	R\$ 146,0000
6	Mat. Consumo	020.01760	PLUG XLR 90° FÊMEA LINHA COM ACABAMENTO PRETO E CONTATOS NIQUELADOS.  POSSUI 7 ÂNGULOS PRÉ-DEFINIDOS PARA MONTAGEM.  <i>Observação: A referência "Conector XLR Fêmea 3 Pólos NC3FRX Niquelado NEUTRIK" é meramente ilustrativa para indicar o tipo e nível de qualidade desejados, não sendo uma exigência de marca.</i>		4,00	R\$ 52,0900	R\$ 208,3600
<b>TOTAL</b>							<b>R\$ 6.168,37<sup>1</sup></b>

**1.2.** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

<sup>1</sup> Seis mil cento e sessenta e oito reais e trinta e sete centavos.

- 1.3.** Por questões operacionais, a numeração dos itens aqui mostrada poderá não corresponder àquela que será veiculada no Aviso de Contratação Direta, na Solicitação Formal de Cotação ou na plataforma de licitações eletrônicas, sem nenhum prejuízo à sua identificação.
- 1.4.** Referências dos itens da aquisição:
- 1.4.1.** Alusões a marcas ou linhas de produtos têm meramente o objetivo de servir como referência de qualidade, especificação técnica, funcionalidade, operacionalidade, rendimento, desempenho, capacidade, durabilidade, estética, segurança e tecnologia.
- 1.5.** Documentação do material ofertado:
- 1.5.1.** A documentação deve estar disponível em Português Brasileiro.
- 1.5.2.** A documentação deve ser disponibilizada, no mínimo, em formatos PDF ou HTML.
- 1.5.3.** O proponente deverá encaminhar, caso seja solicitado, juntamente com sua proposta ou em momento posterior, os arquivos referentes a catálogos, fichas técnicas e fotos do objeto licitado, bem como prestar os devidos esclarecimentos quando solicitados pela administração.
- 1.5.4.** Todos os documentos referidos anteriormente poderão embasar a realização de diligências para a verificação da conformidade dos materiais com as exigências do Aviso de Contratação Direta e seus anexos bem como a desclassificação de propostas.
- 1.6.** Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal
- 1.7.** Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
- 1.8.** Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido.
- 1.9.** Os itens foram cotados na forma do Art. 23, § 1º, e os documentos contendo as cotações e memórias de cálculo encontram-se anexados aos autos do processo.

- 1.10. O prazo de vigência do contrato é até a entrega total dos itens, caso sejam entregues conforme solicitado e em perfeito estado.

## **2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO**

### **Da Necessidade de Contratação**

- 2.1. A descrição da necessidade e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares e no Documento de Formalização de Demanda, presentes nos autos do processo.
- 2.2. O objeto da contratação consta no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2025 da Câmara Municipal de Cajamar, item nº 18, aba “Aquisições e Contratações”.

### **Da Fundamentação**

- 2.3. O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão os seguintes regulamentos:
- 2.3.1.1. Lei Federal n.º 14.133/2021;
  - 2.3.1.2. Resolução CMDC n.º 256/2025; e
  - 2.3.1.3. Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014, e das demais normas complementares aplicáveis.
- 2.4. Em conformidade com a Lei n.º 14.133/2021, a contratação em questão será realizada por dispensa de licitação, com fundamento no artigo 75, inciso II, da referida norma, que autoriza a dispensa quando o valor global das contratações de objetos da mesma natureza, somados, estiver abaixo do limite estabelecido para a dispensa.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

- 3.1. A solução proposta consiste na aquisição de equipamentos de áudio, incluindo microfones, cápsulas, cabos e conectores, visando a adequação bem como a

expansão da infraestrutura de áudio já existente no plenário da Câmara Municipal de Cajamar, garantindo a plena capacidade de operação para as sessões legislativas.

- 3.2. Nesse contexto, a área demandante entendeu que escolha pela aquisição de equipamentos novos, com especificações técnicas que sejam compatíveis e integradas com o sistema de som atual, representa a alternativa mais vantajosa para a Administração, promovendo a padronização da qualidade sonora, facilitando a manutenção e reposição de peças, além de otimizar o uso de recursos e o treinamento da equipe, minimizando riscos de falhas técnicas.
- 3.3. Assim, a solução abrange a aquisição dos bens permanentes e de consumo, cujas especificações técnicas detalhadas foram definidas para garantir a compatibilidade e a padronização com o sistema atual.
- 3.4. Ademais, o Estudo Técnico Preliminar concluiu que o ciclo de vida da solução compreende a aquisição e o recebimento dos equipamentos, sua montagem e instalação por equipe técnica terceirizada já contratada pela Câmara, a operação contínua para o funcionamento das sessões, e o suporte técnico e garantia de fábrica dos itens, complementado pela manutenção preventiva e corretiva realizada pela equipe técnica interna ou por contratos de manutenção vigentes.
- 3.5. Por fim, a validação da adequação técnica dos itens ofertados será realizada com o suporte consultivo da empresa Edson Galeoti Arruda M.E., assegurando que os produtos propostos atendam plenamente aos requisitos de integração, desempenho e qualidade exigidos para o sistema de áudio da Câmara Municipal.

#### **4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 4.1. A Contratação deverá observar os seguintes requisitos:
  - 4.1.1. Os materiais solicitados deverão ser considerados de primeiro uso e entregues devidamente protegidos, embalados adequadamente contra danos no transporte e manuseio, acompanhados das respectivas notas fiscais, no prazo de validade do bem.
  - 4.1.2. O material deverá ser entregue em até **15 (quinze) dias** após envio da Nota de Empenho na Divisão de Almoxarifado e Patrimônio, prédio da Câmara

Municipal de Cajamar/ 4446-6148 durante o horário de expediente compreendido das 9h às 16h em dias úteis.

**4.1.2.1.** Fica a cargo do fornecedor ou transportador por ele contratado a descarga e movimentação do equipamento ou material do veículo até o local designado pelo fiscal do contrato.

**4.1.3.** Devido à complexidade do objeto bem como a dificuldade de fiscalização pela Administração, não será admitida a participação de empresas em consórcios. Ademais, reforça-se essa vedação pelo fato de que a assinatura do contrato apenas após a constituição do consórcio na Junta Comercial do Pará, ensejaria atrasos no fornecimento e consequente prejuízos.

**4.1.4.** Na presente contratação, devido à natureza do objeto:

**4.1.4.1.** não será admitida a indicação de marcas, características ou modelos;

**4.1.4.2.** Não será admitida a subcontratação para execução do objeto contratual.

**4.1.4.3.** Não será admitida exigência de carta de solidariedade devido à natureza do objeto.

**4.1.4.4.** Não será admitida vedação de contratação de marca ou produto na execução do serviço.

**4.1.4.5.** Não será admitida exigência da garantia da contratação, nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**4.1.4.6.** Não se exigirá amostra dos itens.

## **5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1.** Os itens deverão ser fornecidos à Câmara Municipal de Cajamar no endereço Av. Professor Valter Ribas de Andrade, 555 – Bairro Vila Nova, em Cajamar-SP, na Divisão de Almoxarifado e Patrimônio (DAP).

**5.2.** Dúvidas e esclarecimentos referentes à entrega dos bens poderão ser sanadas com os servidores:

**5.2.1.** Diná                      Roberta                      Constantino                      Belizário                      –  
[dina.legislativo@camaracajamar.sp.gov.br](mailto:dina.legislativo@camaracajamar.sp.gov.br) (Fiscal de Contrato);



- 5.2.2.** Célia da Silva Arruda Prampolim - [tesouraria@camaracajamar.sp.gov.br](mailto:tesouraria@camaracajamar.sp.gov.br)  
(Gestora de Contrato);
- 5.2.3.** Jocivania Jose Oliveira da Silva -  
[jocivania\\_almoxarifado@camaracajamar.sp.gov.br](mailto:jocivania_almoxarifado@camaracajamar.sp.gov.br) (Agente de Serviços  
Administrativos – Almoxarifado), ramal 116; OU
- 5.2.4.** Pelo telefone (11) 4446-6148.
- 5.3.** É vedada a alteração unilateral da marca ou modelo dos produtos originalmente cotados e contratados, de modo que eventuais solicitações de substituição deverão ser formalizadas pelo CONTRATADO junto à Administração.
- 5.3.1.** A solicitação deverá ser acompanhada de justificativa pormenorizada e comprobatória da inviabilidade de fornecimento da marca ou modelo originalmente pactuado(a), tais como descontinuidade de fabricação, ausência no mercado, ou outras razões de força maior ou caso fortuito devidamente comprovadas, em, no mínimo, **5 (cinco) dias úteis** de antecedência do prazo de entrega – vide item 5.6.
- 5.3.1.1.** A solicitação acima deverá ser endereçada ao fiscal de contrato, indicado no subitem 5.2.1.
- 5.4.** O CONTRATADO deverá apresentar a marca ou modelo substituto(a) e comprovar sua equivalência técnica, funcional, de desempenho, qualidade e demais características em relação ao item originalmente especificado e cotado, garantindo que não haverá ônus adicionais para a Administração nem prejuízo à qualidade, funcionalidade ou prazo de entrega.
- 5.4.1.** A aceitação da alteração dependerá de prévia e expressa autorização da Administração, que realizará avaliação técnica da proposta de substituição.
- 5.4.2.** A Administração reserva-se o direito de recusar a substituição caso a marca ou modelo proposto(a) não atenda aos critérios de equivalência ou contrarie o interesse público, devendo, neste caso, apresentar a respectiva justificativa.
- 5.5.** A entrega de produtos com marca ou modelo diverso(a) do(a) contratado(a) sem a devida autorização prévia e formal da Administração será considerada descumprimento contratual, sujeitando o CONTRATADO às penalidades cabíveis previstas neste Aviso de Contratação Direta bem como, se for o caso, no Termo de Contrato.

**5.6. A entrega deverá ser realizada no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, após solicitação da Câmara Municipal de Cajamar em pedido formal operacionalizado em sistema de informação.**

5.7. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá protocolizar pedido de prorrogação de prazo, com antecedência mínima de **03 (três) dias úteis** do vencimento do prazo de entrega, direcionado ao Fiscal de Contrato (subitem 5.2.1), que tomará as devidas providências juntamente com o Gestor e Fiscal de Contrato, com os motivos devidamente justificados e instruídos com documentos comprobatórios pela CONTRATADA, para serem submetidos à apreciação superior.

5.8. O descumprimento do prazo de entrega estabelecido, sem justificativa previamente apresentada e formalmente aceita pela Administração, poderá acarretar o cancelamento do empenho emitido em favor do fornecedor, independentemente de aviso ou notificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Edital, no Aviso de Contratação Direta e neste Termo de Referência.

5.9. A CONTRATADA fica responsável por toda a logística de distribuição, fornecendo todos os equipamentos e mão de obra necessárias, sendo responsável ainda pelo correto acondicionamento e transporte dos materiais.

5.10. A CONTRATADA fica responsável ainda pela observância de todas as Normas e legislações pertinentes ao ramo de atividade.

5.11. Após a entrega, não haverá qualquer obrigação da contratada com a Câmara Municipal de Cajamar, caso os itens sejam entregues conforme solicitação e em perfeito estado. Salvo defeitos e casos previstos no Código de Defesa do Consumidor, que vinculam a contratada até o saneamento da demanda.

5.12. As empresas contratadas não poderão ter qualquer tipo de impedimento de contratar com o poder público. A Câmara Municipal de Cajamar emitirá certidões que comprovem a habilitação de fornecimento da (s) contratada (s) perante a administração pública.

5.13. O prazo de garantia contratual dos produtos será o estabelecido na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. DO MODELO DE PAGAMENTO**

**6.1.** Após a entrega da nota fiscal, no ato de entrega dos produtos, bem como o recebimento definitivo dos itens em questão, todos em conformidade com a solicitação da CONTRATANTE, **o pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias mediante boleto bancário**, a ser entregue juntamente com a nota fiscal no e-mail: [tesouraria@camaracajamar.sp.gov.br](mailto:tesouraria@camaracajamar.sp.gov.br), **OU** outro critério de pagamento previamente adotado pela Câmara Municipal de Cajamar.

**6.1.1.** No caso de a CONTRATANTE adotar a transferência bancária como meio de pagamento, **é imprescindível que eles estejam dispostos no rodapé da respectiva Nota Fiscal.**

**6.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**6.3.** É de responsabilidade da contratada mandar as informações corretamente para que seja realizado o pagamento, se responsabilizando por eventuais erros e omissões.

**6.4.** O pagamento só será realizado se a entrega estiver concluída e de acordo com o pedido da CONTRATANTE.

**6.5.** Para que seja realizado o pagamento, a contratada deverá fornecer na qualidade e quantidade que a Câmara solicitar, realizando a troca caso haja alguma divergência no pedido ou defeito.

**6.6.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**6.7.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **7. DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

- 7.1. O modelo de gestão da contratação será acompanhado por fiscal e gestor de contratos da Câmara Municipal de Cajamar, nomeado internamente pela Presidência.
- 7.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 7.2.1. A fiscalização da presente contratação caberá aos servidores:
- 7.2.1.1. **DINÁ ROBERTA CONSTANTINO BELIZÁRIO**, na qualidade de FISCAL; e
- 7.2.1.2. **CELIA DA SILVA ARRUDA PRAMPOLIM**, na qualidade de GESTOR.
- 7.3. Constituem atividades a serem exercidas pelo fiscal, nos termos da Resolução nº 256/2024:
- 7.3.1. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;
- 7.3.2. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 7.3.3. emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- 7.3.4. informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- 7.3.5. comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
- 7.3.6. fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;
- 7.3.7. realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 25, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico, salvo disposição em contrário no edital de contratação ou do contrato.

- 7.4.** Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, exercer todas as atribuições referentes à sua função, descritas no anexo VIII da [Resolução nº 244/2022](#) da Câmara de Cajamar, em especial:
- 7.4.1.** acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
  - 7.4.2.** acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
  - 7.4.3.** examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e tomar as providências cabíveis;
  - 7.4.4.** coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
  - 7.4.5.** elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), com as informações obtidas durante a execução do contrato;
  - 7.4.6.** coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais do contrato;
  - 7.4.7.** emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;
  - 7.4.8.** verificar, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

- 7.4.9. realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, salvo disposição contrário em edital, aviso de contratação direta ou do contrato;
- 7.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.
- 7.6. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.
- 7.7. A execução da contratação é realizada de forma simples, extinguindo-se na entrega e pagamento dos itens a serem fornecidos, não necessitando de qualquer tipo de acompanhamento específico ou garantia para além dos prazos previstos no Código de Defesa do Consumidor.

## 8. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 8.1. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, nem por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada ou de seus agentes, prepostos, empregados ou terceirizados.
- 8.2. Na eventualidade de danos causados ao patrimônio da CONTRATANTE, a seus servidores ou terceiros, efetuados pela CONTRATADA no cumprimento do objeto, por sua culpa ou dolo, esta deverá proceder à indenização respectiva.

### Recebimento

- 8.3. O **recebimento provisório** dar-se-á, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato (Fiscal de

Contrato), para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

- 8.4.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até **10 (dez) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.5.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até **5 (cinco) dias**, a contar da entrega integral do objeto e da apresentação da respectiva nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado exarado pelo Gestor de Contratos, conforme o disposto no item 7.4.9 deste Termo de Referência.
- 8.6.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado pelo Gestor de Contratos, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.7.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.8.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

- 8.9.** Recebido provisoriamente o objeto, e mediante ateste da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, será iniciado o prazo para recebimento definitivo, liquidação e pagamento do contrato ou da parcela de referência.
- 8.10.** A liquidação da despesa será realizada após o recebimento definitivo do objeto ou da parcela, limitando-se ao prazo de pagamento estabelecido ao



fornecedor, conforme o Item 6.1 (prazo de pagamento) deste Termo de Referência.

- 8.11.** A Administração deverá verificar as condições de habilitação, especialmente para:
- 8.12.** Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.13.** Identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;
- 8.14.** Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.
- 8.15.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.16.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 8.17.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação quanto às condições de habilitação previstas no Edital.

### **Antecipação de Pagamento**

- 8.18.** Não será admitida antecipação do pagamento.

## **9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 9.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica:
- 9.1.1.** todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;



- 9.1.2. a preservação das demais cláusulas e condições do contrato; e
- 9.1.3. a ausência de prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

### **10.1. São obrigações da CONTRATANTE:**

- 10.1.1. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado
- 10.1.2. Designar servidor do seu quadro de pessoal para receber o objeto e conferir as especificações constantes da proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características previamente estabelecidas.
- 10.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada relacionados ao objeto pactuado.
- 10.1.4. Embargar, estipulando o prazo para a correção, o recebimento provisório ou definitivo do objeto, apontando as razões da sua desconformidade quanto a defeitos no material ou discordância com as especificações contidas neste Termo de Referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada.
- 10.1.5. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas.
- 10.1.6. Acompanhar o prazo de garantia do bem adquirido, a fim de não corroborar em prejuízo econômico para a Administração.
- 10.1.7. Aplicar as sanções, conforme previsto para contratação.
- 10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**11.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 11.1.1.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações (subitem 1.1), local (subitem 5.1) e prazo (subitem 5.6) constantes neste Termo de Referência e seus eventuais anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 11.1.2.** Obedecer às especificações do objeto constantes deste documento e da proposta apresentada, cumprindo o prazo estabelecido.
- 11.1.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 11.1.4.** Responsabilizar-se pela qualidade, resistência e durabilidade do bem fornecido, que deverá ser novo e de primeira linha qualidade;
- 11.1.5.** Substituir ou corrigir o objeto, sem ônus para a contratante, em até **10 (dez) dias** após a notificação da contratante, caso não se enquadre nas especificações deste Termo de Referência ou em caso de defeitos/falhas detectadas no objeto entregue;
- 11.1.6.** Responsabilizar-se pelo transporte do objeto até as dependências da contratante, como também pelas despesas a ele inerente;
- 11.1.7.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.1.8.** Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc;
- 11.1.9.** A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
  - 11.1.9.1.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - 11.1.9.2.** Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

**11.1.9.3.** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

**11.1.9.4.** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;

**11.1.9.5.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

## **12. DOS CRITÉRIOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**12.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa eletrônica de licitação, com fundamento na hipótese do Capítulo VII - Da Contratação Direta, Seção II - Do Procedimento da Dispensa Eletrônica por meio de Sistema Informatizado Específico, da Resolução CMDC n.º 256/2025, que culminará com a seleção da proposta de **menor preço por item**, gerando o compromisso de contratação que será instrumentalizado por meio de **Nota de Empenho**, conforme dispõe o art. 95, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021.

**12.2.** O procedimento de dispensa eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, conduzidos por servidor da Câmara Municipal de Cajamar, através do portal de licitações eletrônicas BBMNET, constante da página eletrônica do BBMNET – Licitações Públicas, no endereço: [www.novobbmnetlicitacoes.com.br](http://www.novobbmnetlicitacoes.com.br).

**12.3.** Todas as orientações acerca da operação plataforma eletrônica BBMNET como introdução ao sistema, acesso, cadastro e atualização de dados, segurança da informação, fases do procedimento licitatório, funcionalidades da plataforma, exigências legais, suporte e canal de atendimento estão descritas no Aviso de Contratação Direta n.º 57/2025.

### **Da Proposta**

**12.4.** Para ser selecionada, a empresa Contratada deverá atender aos seguintes requisitos, dentre os demais elencados:

**12.4.1.** A apresentação da proposta deverá seguir os seguintes parâmetros:

**12.4.1.1.** É obrigatório que o fornecedor envie juntamente com sua proposta todas as suas informações de contato eletrônico atualizadas, que deverão incluir seu e-mail, número de telefone, número de whatsapp e

demaís que sejam suficientes para receber contatos referentes a esta contratação.

**12.4.1.2.** Não serão admitidas alegações por parte do fornecedor quanto à perda de oportunidade comercial ou à aplicação de sanções por inexecução contratual decorrentes de falhas no recebimento, leitura ou visualização de mensagens enviadas pela Administração **após a apresentação da proposta**, sendo as comunicações realizadas pelos meios de contato informados pelo próprio fornecedor, que assume total responsabilidade por mantê-los atualizados, operacionais e acessíveis desde o envio da proposta e durante todo o trâmite do processo contratual.

**12.5.** A habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista respeitará as exigências da Resolução CMDC n.º 256/2025, ressalvados o art. 7º, inciso XXXIII, e o art. 195, § 3º, da Constituição Federal.

**12.6.** Exigir-se-á do fornecedor, conforme o § 3º do art. 47 da Resolução nº 256/2025 bem como o art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/21, sob pena de desclassificação de sua proposta, os seguintes **documentos para a verificação de habilitação:**

**12.6.1.** Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

**12.6.2.** Regularidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

**12.6.3.** Regularidade perante a Justiça do Trabalho;

**12.6.4.** Declaração de cumprimento às restrições do trabalho de menores, segundo o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

**12.6.5.** Declaração de ciência da proibição de agente público vinculado à Câmara Municipal de Cajamar participar direta ou indiretamente da licitação, contratação direta ou da execução de contrato do Poder Legislativo Cajamarense, conforme art. 5º, parágrafo único, da Resolução CMDC n.º 256 de 14 de maio de 2025.

- 12.6.6.** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 12.6.7.** Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União comprovando a regularidade perante a Seguridade Social conforme art. 195, § 3º, da Constituição Federal;
- 12.6.8.** Certidão CEIS (Cadastro de Entidades Inidôneas e Suspensas) da Controladoria-Geral da União (CGU);
- 12.6.9.** Certidão CNLI (Cadastro Nacional de Licitantes Inidôneos) do Tribunal de Contas da União (TCU).
- 12.7.** As declarações exigidas acima poderão ser consolidadas em documento único, vide modelo anexo a este Termo de Referência (ANEXO I-A), no qual o emitente assume integralmente a responsabilidade pelas informações prestadas.
- 12.8.** A partir de 14 de julho de 2025, somente para as empresas a que forem aplicáveis na forma da lei, será exigida a emissão das seguintes certidões conforme portaria MTE n.º 547, de 11 de abril de 2025:
- 12.8.1.** Certidão de cumprimento da reserva legal de contratação de pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social;
- 12.8.2.** Certidão de contratação de aprendizes.

### **13. DA ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO**

#### **Do valor Estimado**

- 13.1.** O valor total estimado para a presente contratação, conforme detalhado na tabela constante do item 1.1 deste Termo de Referência, foi determinado por meio de cálculo gerado pelo sistema de gestão interno da Câmara Municipal, cujo montante constitui a estimativa definitiva para fins de divulgação na plataforma BBMNET. Assim, eventuais variações em relação aos documentos de pesquisa de preços anexados ao processo decorrem de diferenças metodológicas e de limitações tecnológicas inerentes aos sistemas de cálculo e às ferramentas de pesquisa utilizadas.

#### **Da Metodologia da Pesquisa de Preços**

- 13.2. A coleta de preços para esta contratação resultou da combinação dos parâmetros estabelecidos nos incisos I, II, III e IV do § 1º do Art. 40 da Resolução CMDC nº 256/2025.

#### **Das Tentativas Iniciais de Cotação**

- 13.3. Especificamente, para a aplicação do inciso IV do § 1º do Art. 40 da Resolução CMDC nº 256/2025, foram enviadas solicitações de cotação por e-mail à base de fornecedores cadastrados na Câmara Municipal e aos potenciais fornecedores identificados por meio do relatório "mapa de fornecedores" da ferramenta Banco de Preços. Os documentos comprobatórios dessas consultas, que estabeleceram um prazo de resposta de cinco dias úteis, encontram-se anexados aos autos do processo. Contudo, essa iniciativa resultou na obtenção de apenas uma proposta.

#### **Da Pesquisa Complementar e Novo Envio de Cotações**

- 13.4. Diante da insuficiência de respostas, realizou-se pesquisa em ambiente web utilizando os termos "*Microfone GN50E gooseneck catmat*", com o objetivo de identificar registros de contratações públicas referentes aos itens.
- 13.5. A análise dos resultados permitiu identificar um relatório de cotação do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) - Campus de Alegre, datado de dezembro de 2023, o qual continha o registro de um Pregão<sup>2</sup> para aquisição do mesmo microfone. Não obstante, para complementar a pesquisa e atender ao requisito de contratações similares realizadas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, conforme o inciso II do § 1º do Art. 40 da Resolução CMDC nº 256/2025, efetuou-se um novo envio de solicitações de cotação por e-mail direcionado, especificamente, aos fornecedores que participaram e ao licitante vencedor da disputa daquele item em específico no Pregão do IFES, com prazo de resposta de sete dias úteis. No entanto, esta iniciativa igualmente não resultou na obtenção de propostas de orçamento.

#### **Da Colaboração do Setor Demandante na Prospecção de Fornecedores**

---

<sup>2</sup> N° Pregão: 292023 / UASG: 925465 – TCM/RJ.

**13.6.** Diante das sucessivas tentativas infrutíferas de obtenção de orçamentos, foi solicitada a colaboração do setor demandante para auxiliar na prospecção de novas propostas de fornecedores. O objetivo, então, foi consolidar um preço estimado final que incorporasse não apenas referências de preços públicos, mas também cotações diretas de fornecedores especializados no ramo. Para tanto, a Divisão de Almoxarifado e Patrimônio (DAP), na qualidade de setor demandante, encaminhou comunicação à empresa Edson Galeoti Arruda M.E<sup>3</sup>, que presta serviços de operação de equipamentos de som nesta Edilidade, entre outros, com o intuito de identificar potenciais fornecedores aptos a apresentar orçamentos para os itens em questão, a qual encaminhou dois contatos de possíveis fornecedores. Em seguida, foram enviadas novas comunicações especificamente a esses contatos, porém apenas um deles fora respondido com proposta de orçamento.

**13.7.** Para tanto, após a reunião de algumas propostas de fornecedores, contratações similares feitas pela Administração Pública, pesquisa em mídia especializada, formou-se, então, o preço estimado descrito no quadro do item 1.1 deste Termo de Referência, além de estar formalizada, por meio do sistema CECAM, em documento próprio anexo aos autos.

### **Do Método para Definição do Valor Estimado**

**13.8.** Com relação ao disposto no artigo 46 da Resolução nº 256/2025, tem-se o seguinte:

**13.8.1.** Em cumprimento aos incisos I a VI, acosta-se aos autos documento específico de Relatório de Pesquisa de Preços, elaborado e estruturado pela ferramenta Banco de Preços;

**13.8.2.** Em relação ao disposto no inciso VII, a plataforma citada acima fornece documento específico de Memória de Cálculo, juntada aos autos do processo; e

**13.8.3.** Por fim, para fins de atendimento ao disposto no inciso VIII<sup>4</sup>, a justificativa para se considerar os orçamentos dos respectivos fornecedores que

---

<sup>3</sup> Contrato nº 16/2023, Processo 2000/2023 (Contratação de empresa para prestação de serviços de locação, manutenção e operação, de equipamentos de som para utilização nas atividades do plenário da Câmara).

<sup>4</sup> Art. 46, VIII: “VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 40”.

compõem a pesquisa de preços é a que tais empresas foram as únicas que responderam a solicitação de cotação direta enviada, também anexada aos autos.

**13.9.** Nesse sentido, atendendo o disposto no art. 44 da referida resolução bem como com base nas orientações do "**Manual de Orientação - Pesquisa de Preços**", elaborado pela Secretaria de Auditoria Interna da Coordenadoria de Auditoria de Aquisições e Contratações do Superior Tribunal de Justiça (STJ), utilizou-se a **MÉDIA** para cálculo do valor estimado da presente contratação, uma vez que a análise da amostra de preços revelou um coeficiente de variação inferior a 25% quando desconsiderados os preços excessivamente elevados das amostras.

**13.10.** As cotações e suas fontes, o memorial de cálculo e os critérios adotados no levantamento dos valores estimados de cada item da contratação se encontram anexados aos autos deste processo.

#### **14. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**14.1.** A dotação orçamentária para a presente aquisição foi indicada no Orçamento Geral do Município de Cajamar pela Lei n.º 2.092 de 12 de dezembro de 2024.

**14.2.** A dotação a ser realizada será a de:

**14.2.1. EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (4.4.90.52.00)**, relativo aos itens 1 e 2 do quadro listado no item 1.1 deste Termo de Referência; e

**14.2.2. MATERIAL DE CONSUMO (3.3.90.30.00)**, relativo aos itens 3 a 6 do quadro listado no item 1.1 deste Termo de Referência.

---

Lennon Rodrigo Costa  
Agente de Contratação



**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**ANEXO I-A - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA PARA**  
**HABILITAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

À

CAMARA MUNICIPAL DE CAJAMAR

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 57/2025 / PROCESSO ADMINISTRATIVO  
N.º 210/2025

NOME DA EMPRESA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º XX.XXX.XXX/0001-XX, sediada na Rua NOME DA RUA, n.º XX, Bairro NOME DO BAIRRO, CIDADE – UF, por meio de seu representante legal, Sr./Sra. NOME DO REPRESENTANTE LEGAL, portador(a) do RG n.º XX.XXX.XXX-X e CPF n.º XXX.XXX.XXX-XX, DECLARA para fins de habilitação em processo licitatório e de gestão contratual:

- 1) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação na presente licitação, contratação direta ou execução contratual, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 2) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição Federal;
- 3) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, e art. 63, inciso IV, da Lei n.º 14.133/2021;
- 4) Que cumpre a reserva legal de contratação de aprendizes nos termos do art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

5) Que não possui agente público vinculado à Câmara Municipal de Cajamar participando direta ou indiretamente de licitação, contratação direta ou de execução de contrato com o Poder Legislativo Cajamarense, conforme art. 5.º, parágrafo único, da Resolução CMDC n.º 256 de 14 de maio de 2025.

CIDADE, XX de XXXXXX de 202X.

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

Cargo / Função / Qualificação

(utilizar papel timbrado ou carimbo do CNPJ ou assinatura digital)

TERMO DE REFERÊNCIA